

SILVA, Leila Rodrigues da e DINIZ, Rita de Cássia Damil. Relações de poder na *Crônica* de Idácio e nas *Histórias* de Isidoro de Sevilha: um estudo comparado sobre suevos e visigodos. In: LESSA, F. S. (Org.) *Poder e Trabalho: Experiências em História Comparada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 35-58. ISBN 978-85-7478-270-6.

RELAÇÕES DE PODER NA *CRÔNICA* DE IDÁCIO E NAS *HISTÓRIAS* DE ISIDORO DE SEVILHA: UM ESTUDO COMPARADO SOBRE SUEVOS E VISIGODOS

Leila Rodrigues da Silva¹
Rita de Cássia Damil Diniz²

1. Considerações Introdutórias:

A chegada dos suevos, vândalos, alanos e visigodos na Península Hispânica e sua relação com o Império Romano e populações locais foram retratadas, embora com objetivos distintos, por dois bispos hispânicos: Idácio de Chaves e Isidoro de Sevilha. O primeiro, contemporâneo dos fatos, reservou uma atenção especial aos suevos, cujas movimentações ocorreram, sobretudo, na região da qual procedia. O segundo, Isidoro de Sevilha destacou em seu relato as façanhas dos visigodos, grupo detentor da hegemonia peninsular à época do escritor. Distante temporalmente do ocorrido por dois séculos, não se limitou ao período abordado por Idácio, indicou um recorte temporal que vai dos primeiros contatos estabelecidos entre visigodos e os romanos até o século VII.

No presente texto, objetivamos, em perspectiva comparada, verificar o tratamento conferido por ambos a suevos e visigodos ao longo das duas obras, com ênfase nos aspectos concernentes à atividade depredatória e à correlação de forças estabelecida entre os dois grupos e entre cada um deles, o poder romano e os habitantes da Península Hispânica. Nesse intuito, valorizamos o fato de que os autores integravam a elite episcopal, seus textos, para além dos propósitos declarados, evidenciaram anseios e preocupações compartilhados pelos membros do segmento social a que se vinculavam. Assim, a despeito das especificidades que caracterizaram cada uma das narrativas (ORCÁSTEGUI e SARASA, 1991, p. 26-35), os dois escritos revelam aspectos das relações de poder do ambiente em que os dois bispos viveram e produziram.

2. Idácio e a *Crônica*

Grande parte das informações que temos sobre Idácio pode ser deduzida do texto que escreveu. Tal fato tem proporcionado aos especialistas um vasto campo à formulação de hipóteses, já que o autor apenas periféricamente forneceu informações

a seu próprio respeito. De qualquer modo, alguns dados biográficos são aceitos, se não consensualmente, pela maioria dos estudiosos.

Idácio nasceu, conforme ele mesmo anunciou no prefácio de sua obra, na província da *Gallaeciae*, na cidade de Lêmica. Sua data de nascimento é incerta, tendo provavelmente ocorrido em torno do ano 400 (VILELLA, 1999, p. 41). Sua origem social, como os de muitos que em sua época alcançaram a dignidade episcopal (GARCIA MORENO, 1990, p. 232), era aristocrática. De acordo com a historiografia, sua família se vinculava à administração imperial e aos grupos de poderes locais associados à terra (HIDACIO, 2004, p. 23; GARCIA MORENO, 1976, p. 31; VILELLA, 1999, p. 41).

Idácio manteve desde a infância estreitas ligações com o Cristianismo. De acordo com seu relato, ainda criança esteve no Oriente onde conheceu Jerônimo, o que, certamente, indica a procedência cristã de seus pais. Ao ser elevado à categoria de bispo, em 427 estava, portanto, em sintonia com os valores prezados no ambiente familiar, ao mesmo tempo em que atendia aos anseios sociais, na medida em que ocupava o ativo lugar de autoridade religiosa e política local.

Segundo Garcia Moreno, Idácio teria consciência das dificuldades enfrentadas pelo Império Romano (1976, p. 41). Sua atuação, seja como escritor, seja participando do contexto político da época, levou em conta tal dado. Considerando o quadro geral de perda de capacidade efetiva do Império para garantir o atendimento das demandas locais, as elites autóctones, pouco a pouco, assumiram o papel anteriormente exercido pelas autoridades imperiais. Não é por acaso, portanto, que o zelo idaciano na defesa dos interesses das populações galaicas frente às ações germanas é um dos aspectos mais marcantes em sua *Crônica*.

A *Crônica* foi escrita provavelmente nos últimos anos de vida de Idácio (TORRES RODRIGUEZ, 1956, p. 755), em 469 ou pouco antes. Seu objetivo declarado consistia em dar continuidade às crônicas de Eusébio de Cesaréia e Jerônimo e, portanto, fazer o que entendia ser uma história universal. Embora tenha fornecido algumas informações sobre o Oriente e as vicissitudes imperiais e visigodas, o cerne de sua narrativa esteve nos acontecimentos diretamente relacionados à Península Hispânica. Assim, compreendendo o período de 379 a 469, o autor apresentou cronologicamente os fatos por ele tidos como relevantes.

As fontes utilizadas por Idácio são restritas. Segundo Cardelle de Hartmann (1992, p. 241-256), podemos concluir que tal escassez tenha decorrido do isolamento

que caracterizou a *Gallaeciae*, especialmente, após da segunda década do século V. Poucos escritos teriam chegado à região na época em que viveu, tendo Idácio, desse modo, consultado apenas os que já possuía ou tivera acesso anteriormente, como a Vulgata, a Crônica e a Vida de Martinho de Tours de Sulpício Severo, o Cômputo Pascal de Teófilo de Alexandria, o *Breviculus* de Agostinho, a Crônica e os escritos contra o Pelagianismo de Jerônimo (Idem, p. 244-256).

Tributário especialmente de Jerônimo, Idácio herdou da sua principal referência intelectual, entre outros traços, o pessimismo que carregava (TORRES RODRIGUEZ, 1956, p. 253). Acreditava no iminente fim dos tempos e estava certo de que a chegada dos germanos à península prenunciava os momentos derradeiros da espécie humana (ARCE, 2007, p. 23). Desesperançoso e escatológico, Idácio possui ainda outras facetas que são reveladas ao longo de seu texto. Dentre estas, destaca-se sua forte ligação com a romanidade, elemento reforçado também por sua vinculação a Jerônimo. Ao buscar, conforme declarou, seguir os passos do mestre, Idácio favoreceu na abordagem que realizou o estilo analítico, o enfoque sucinto e o tom pretensamente objetivo (GARCIA MORENO, 1976, p. 32).

3. Os suevos na *Crônica* de Idácio³

Torres Rodriguez recorda que, a despeito da pretensão idaciana de história universal, o bispo de Chaves realizou uma história da Galiza e dos suevos (1956, p. 766). As muitas menções aos suevos indicam inegavelmente seu papel de destaque em relação aos demais grupos aludidos. Os suevos foram lembrados a propósito de um conjunto diverso de situações. Buscando, entretanto, em consonância com o objetivo deste texto, verificar o tratamento conferido por Idácio e Isidoro a suevos e visigodos, elegemos dois aspectos que passamos a analisar.

3.1. Os suevos e o envolvimento em atividades depredatórias

Os suevos, juntamente com vândalos e alanos, identificados como bárbaros por Idácio, entraram em 409 na Península Hispânica (§ 42). Dois anos depois, em 411, teriam participado da divisão da região, do que resultou a ocupação por parte destes da área extrema ocidental da península.⁴ Embora Idácio registre os acontecimentos referentes a cada ano, apenas quase duas décadas após a referida partilha, os suevos voltaram a ser particularmente lembrados pelo autor.⁵

Em 429, os suevos foram, portanto, pela primeira vez, especialmente mencionados. Tal menção, contudo, há que frisar, não salientou a ação do grupo como um todo, já que se relacionava à pilhagem da Lusitânia “pelo suevo Heremigário”(§

90), provavelmente, um chefe militar sobre o qual não sabemos sequer se atuava sob ordens do rei Hermerico. De qualquer modo, o episódio marca o início de uma longa série de alusões.

O ano seguinte, 430, parece fornecer a chave para a compreensão do enfoque que Idácio conferiu aos suevos ao longo do seu escrito, a partir desse momento. Nesta ocasião, diferentemente das primeiras referências feitas, os suevos não apareceram mais como coadjuvantes em atividades bélicas sob a designação genérica de "bárbaros" e/ou se encontravam sob comando de alguma liderança de autoridade duvidosa. Nesta ação registrada por Idácio era o monarca Hermerico que conduzia os suevos. O mais relevante na passagem em questão, contudo, diz respeito ao fato das "*medias partes Gallaeciae*" terem sido depredadas (§ 91).

Para além da eventual violência do ocorrido, aqui cabe ressaltar o fato de que a região se encontrava em alguma medida compreendida na área sobre a qual Idácio detinha alguma responsabilidade política. Justifica-se, pois, que no ano seguinte, 431, o próprio cronista participasse de uma embaixada destinada a buscar ajuda junto a Aécio, general romano que se encontrava nas Gálias.

As tentativas de acordos com os suevos se estenderam, conforme atesta a *Crônica*, pelo ano de 432 e culminaram com um tratado, em 433. (§ 100). O processo de negociação, que buscava manter a paz entre as populações galaicas e os suevos, serviu ainda como pretexto para as referências ao grupo nos anos de 438 e 440.

Em pelo menos dez citações, entre os anos de 440 e 459, Idácio sublinhou os saques e as pilhagens dos suevos em várias regiões da península: Mérida (§ 119); Sevilha (§ 123); Cartaginense e Bética (§ 134); regiões ulteriores de Mérida (§ 137); País Basco (§ 140); Saragoça e Lérida (§ 142); Cartaginense (§ 168); Tarraconense (§ 169 e 172), e Lusitânia (§ 188).

Em 459, a *Gallaeciae* voltou, segundo o autor, a ser assolada e o quadro se repetiu em 461. De 462 ao fim da *Crônica*, além da própria *Gallaeciae*, os suevos teriam investido contra Lugo (§ 199 e 202); o entorno de Orense (§ 202); Coimbra (§ 229); os aunonianos (§ 233 e 239); Conimbriga (§ 241); Lisboa (§ 246), e Astorga (§ 249).

Os acontecimentos do ano de 462, entretanto, definitivamente condicionaram a visão que Idácio tinha dos suevos. Embora o tom do escritor, via de regra, indique seu ponto de moralista, sua abordagem sucinta não promoveu longos comentários acerca de punições e prêmios. Assim, surge como particularmente interessante sua declarada

satisfação diante da "morte merecida" de Maldraz, um dos líderes suevos (§ 198). Em relação ainda a este ano, o bispo informou que fora aprisionado e levado como refém, situação que se manteve por três meses.

Considerando que sua obra fora escrita por volta do período em que fora mantido prisioneiro (VILELLA, 1999, p. 51), não nos surpreende, portanto, que o autor se interessasse em registrar mais amiúde a movimentação dos suevos pela Península Hispânica do que de qualquer outro grupo por ele considerado bárbaro. Com estes manteve inegavelmente um relacionamento mais próximo, seja pela investida sueva realizada na *Gallaeciae*, seja por lhe terem mantido em cativeiro.

3.2. A correlação de forças entre os suevos, as populações locais, os visigodos e o Império Romano

A despeito das muitas referências feitas aos suevos, Idácio não nos permite concluir pela existência de uma inquestionável capacidade militar do grupo. Ao contrário, de acordo com o seu registro, em mais de uma oportunidade, o tipo de atuação privilegiada pelos suevos demonstrou a relativa fragilidade bélica do grupo, não apenas em comparação aos demais povos, e ao desgastado Império Romano, mas também no que dizia respeito às populações locais.

Além do fato, aliás, compartilhado pelos outros grupos germanos, de que numericamente representavam um percentual muito pequeno das populações locais,⁶ podemos tratar daquela fragilidade vinculando-a à recorrência com que os suevos foram atores de acordos diplomáticos.

A participação por si só em tais acordos, alianças e negociações não caracterizaria uma situação especial de debilidade dos suevos. As condições do seu envolvimento em tais circunstâncias, entretanto, evidenciam recorrentemente falta de alternativas e desfechos que, se não lhes foram totalmente desfavoráveis, estiveram longe de representar ganhos significativos. Vejamos:

A primeira menção feita à participação dos suevos em acordos remonta ao ano de 411, ocasião em que a partilha da península fora feita. O assentamento, resultado das negociações entre os interessados, alanos, vândalos e suevos, segundo Garcia Moreno (1989, p. 44), expôs o equilíbrio real das distintas forças invasoras, ou seja, os grupos mais fortes teriam ficado com as regiões mais ricas.

Em 430, ao atacarem as áreas interiores da *Gallaeciae*, os suevos foram surpreendidos com a reação da população local (§ 91). A despeito do prejuízo que teriam causado, foram obrigados a negociar. A morte de alguns e a existência de

prisioneiros nas mãos dos galaicos condicionaram os termos do entendimento que, conforme indicam os acontecimentos posteriores, não foi vantajoso para os suevos.

Em 432, o *comes* Censório teria sido enviado como embaixador aos suevos (§ 98) que no ano seguinte chegaram a um acordo com os galaicos (§ 100). Não há na *Crônica*, mais uma vez, menção a qualquer vantagem decorrida desse tratado para os suevos. O fato de o texto idaciano registrar que, no ano de 438, os suevos voltaram a estabelecer a paz com os galaico-romanos (§ 113) indica que não cumpriram o acordo anteriormente firmado. Poderíamos, seguindo a lógica de Idácio, atribuir tal rompimento ao seu “costume e habitual traição” (§ 188), preferimos, entretanto, concluir que os termos antes estabelecidos não atendiam plenamente aos interesses dos suevos.

Em 452, mais uma vez, os suevos foram citados a propósito de acordos. Dessa vez, teriam recebido uma embaixada romana que, após o referido encontro, retornara com a notícia de restituição da província Cartaginense. A região, sob o jugo suevo (HYDACE, 1974, V. 2, p. 95), foi, portanto, reincorporada ao domínio romano. Em 456, os suevos voltaram a saqueá-la (§ 168) estimulados pelas dificuldades que o Império enfrentava com a morte de Valentiano III e, certamente, em razão dos seus próprios interesses não atendidos pelo antigo tratado realizado.

Superestimando sua própria capacidade, os suevos, sob o comando do rei Requiário, a despeito da pressão dos visigodos, que participaram como federados (§ 170 e 172) de novas embaixadas, teriam violado os termos ajustados e pilhado a província Tarraconense. O desfecho sublinha, mais uma vez, o já assinalado, a freqüente atuação diplomática dos suevos relacionava-se a sua inferioridade bélica. Assim, na única ocasião em que, mesmo sob ameaça, não recuaram, sofreram a mais importante derrota registrada por Idácio. Em 457, após intervenção militar visigoda, foram praticamente dizimados. O impacto do ocorrido levou, inclusive, o cronista a afirmar que o reino dos suevos havia sido destruído (§ 175).

Apenas oito anos após o episódio anteriormente descrito, em 465, os suevos voltaram, conforme indica a *Crônica*, a se reorganizar. Sob Remismundo, mantiveram intensas relações diplomáticas com os visigodos, aos quais, não há dúvidas, estavam nesta altura subordinados (TORRES RODRIGUEZ, 1977, p. 149). As alusões às embaixadas que foram organizadas por suevos e visigodos aparecem nos quatro anos seguintes, ou seja, até o fim da *Crônica*. Tais registros nos informam sobre o envio de uma princesa visigoda como esposa a Remismundo (§ 226), a imposição do arianismo

como fé aos suevos (§ 232) e a interferência visigoda limitando a ação depredatória dos suevos na região dos aunosianos. Em suma, ao final da *Crônica* restava aos suevos a negociação na clara condição de tutelados pelos visigodos.

4. Os visigodos na Crônica de Idácio

As referências aos visigodos não ocuparam lugar central no texto idaciano. Esse grupo, entretanto, esteve presente no relato durante todo o período abarcado pela *Crônica*. Sua primeira aparição ocorre no segundo ano descrito pelo autor e a última menção se encontra no ano em que Idácio finalizou o texto. Embora os visigodos não habitassem no interior da península, participaram em muitos dos eventos que o cronista elegeu enfatizar, sendo, assim como os suevos, lembrados em função de uma variedade significativa de circunstâncias. Vejamos, entretanto, como foram retratados em relação aos dois aspectos eleitos no presente texto.

4.1. Os visigodos e o envolvimento em atividades depredatórias

O ano de 410 marca a primeira referência à ação depredatória dos visigodos. Alarico, rei dos visigodos, teria entrado em Roma com seus exércitos e saqueado a cidade (§ 43). Apesar do impacto do fato, dada a importância simbólica do que representara aos contemporâneos, já que se tratava da antiga capital do Império, Idácio foi sucinto e se limitou a relatar o ocorrido, destacando, por um lado, que os que se refugiaram nos templos foram poupados, e, por outro, que a irmã do imperador fora feita prisioneira.

Narbona é a segunda região mencionada por Idácio que sofreu com as investidas visigodas. Invasão em 413 (§ 55), a partir de então, a localidade foi palco de episódios envolvendo a ação agressiva do grupo. Após libertada, em 416 (§ 60), voltou, entre os anos de 436 e 437, a ser sitiada (§107 e 110). Embora Idácio não forneça detalhes da ação, a reação romana, em decorrência da qual, nas palavras do cronista, teriam sido mortos "oito mil godos" (§ 112), evidencia a violência e a determinação imperiais, só justificadas se levarmos em conta o transtorno certamente causado pela atuação visigoda na região.

As próximas referências às devastações realizadas pelos visigodos, diferentemente das anteriores, dizem respeito à península e foram promovidas à revelia da condição de federados que os visigodos usufruíam. Se até o ano de 456, esse grupo tinha se conduzido, no que concerne à defesa das regiões hispânicas, em consonância com o que deles esperava Idácio, o mesmo não ocorre a partir de então.

Assim, ao relatar o ataque que realizaram, no ano de 456, sobre a cidade de Braga (§ 174), o primeiro de uma série, o cronista indignado forneceu minúcias do tratamento conferido às populações e às construções religiosas. As primeiras teriam sido aprisionadas e expulsas das igrejas onde se refugiaram, as segundas destruídas e ocupadas por animais.

Nos anos seguintes, com intervalos regulares, os visigodos repetiram a conduta demonstrada em Braga. Em 457, segundo Idácio, o monarca visigodo Teodorico só não devastara Mérida por temer a proteção concedida por Santa Eulália à cidade.⁷ Em 459, teriam, sob a alegação de que perseguiram os suevos, saqueado e depredado Astorga e Palência (§ 186). Na primeira, teriam arruinado igrejas, feito prisioneiros, assassinado membros das populações locais, incendiado construções e arrasado as zonas rurais. Na segunda, a destruição foi descrita de modo semelhante, tendo o relato se diferenciado apenas no fato de que uma resistência local teria sido organizada, o que conduziu os visigodos à derrota.

Em 462, os visigodos teriam atacado Dictínio, próximo a Lugo. Na região, além do massacre de suevos, razão oficial para a presença visigoda, populações autóctones teriam sido mortas. Em 469, invadiram Lisboa e realizaram saques, segundo Idácio, sem diferenciar romanos de suevos (§ 246). No mesmo ano, último da *Crônica*, os visigodos foram identificados como responsáveis pela pilhagem de povoados da Lusitânia e cercanias do distrito de Astorga (§ 250).

Os saques realizados por visigodos na península, ainda que relativamente escassos, suscitaram um misto de desprezo e revolta em Idácio, já que a condição de federados que ostentavam não condizia com a prática da pilhagem de territórios que, em tese, deveriam preservar em nome do Império.

4.2. A correlação de forças entre os visigodos, os vândalos e o Império Romano

No segundo ano enfocado por Idácio em sua *Crônica* aparece a primeira referência aos visigodos. Assim, combates travados entre romanos e visigodos foram assinalados como ocorridos em 380. Dois anos depois, os indícios de um *foedus* foram registrados (HYDACE, 1974, V.2, p. 15), mas as hostilidades entre romanos e visigodos não estavam superadas. Desse modo, em 386, estes últimos foram mais uma vez recordados por sua derrota levada a cabo por Teodósio (§ 13^a).

Na condição de federados, os visigodos foram convocados pelo Império Romano a intervir em várias oportunidades (§60, 63, 67, 68 e 69). Essa condição

marcou, ao menos nas primeiras décadas do século V, seu relacionamento com vândalos, alanos e suevos. Em 416, segundo Idácio, teriam atuado com base em tal estatuto, atacando alanos e vândalos silingos que se encontravam na Lusitânia e na Bética (§ 60). No ano seguinte, Valia, rei visigodo, nas palavras do cronista, “para defender o nome romano, fez grandes matanças de bárbaros em terras das Espanhas.” (§ 63). Os registros da atuação visigoda se prolongaram pelo ano de 418, no qual teriam praticamente eliminado os alanos e os vândalos silingos (§ 67 e 68).

Na referência feita ao ano de 422, mais uma vez, a natureza da relação entre visigodos e o Império Romano, por um lado, e entre visigodos e os povos que ocupavam a península, por outro, foi demarcada no texto idaciano. Nesta alusão, os visigodos reforçavam as tropas romanas que se destinavam a expulsar os vândalos da Bética (§77). Ao indicar as constantes alianças entre romanos e visigodos, cabe ressaltar que o autor também estivera atento aos atritos gerados nesse relacionamento. Assim, frisou, por exemplo, a propósito do episódio anteriormente salientado, que os visigodos traíram o responsável pelo cerco aos vândalos, o que teria resultado na derrota romana.

As seguintes menções aos visigodos, concernentes aos anos de 436 e 439, insistem nos sinais de divergências. Em 436, os visigodos teriam cercado Narbona (§ 107), região estratégica à política imperial,⁸ e em 439, Teodorico teria vencido Libório, general romano que se aliara aos hunos contra os visigodos (§ 116). O desenlace do conflito, entretanto, reafirmou a vinculação entre romanos e visigodos, já que, no mesmo ano, um novo acordo entre ambos foi firmado (§ 117).

Ao reaparecerem citados por Idácio, os visigodos compartilhavam com os romanos uma aliança contra os hunos, que foram derrotados no ano de 451 (§ 150). Em 454, voltaram a atuar na península em nome do Império, ocasião em que, de acordo com o cronista, teriam massacrado os bagaudas da Tarraconense (§ 158). Do mesmo modo, em 456, atendendo ao imperador Avito (§ 173), invadiram a península e impuseram aos suevos, em 457, uma dura derrota (§ 175).

Os visigodos continuaram retratados por Idácio até o fim da *Crônica*, alternando condutas que indicavam ora desavenças ora proximidade em relação ao poder imperial. Assim, teriam atuado em interesse próprio ao se dirigirem, nos anos de 457 e 469, à Mérida, localidade sob autoridade romana (§ 182 e 245), e saqueado, no ano de 469, as regiões próximas a Astorga e parte da Lusitânia (§ 249). Em conformidade com sua condição de aliados dos romanos, entretanto, voltaram a

interferir nos planos suevos em duas oportunidades: em 462, após estes terem saqueado Lugo (§ 201) e, em 466, ocasião na qual os suevos atacaram os aulonianos (§ 233). A superioridade militar visigoda, já demonstrada em outras circunstâncias, garantiu, portanto, que os interesses romanos, ao menos no que dizia respeito ao trato com os demais germanos, fossem preservados.

5. Isidoro e as Histórias dos godos e dos suevos

Isidoro de Sevilha afirmou-se como uma das mais importantes figuras eclesiásticas do ocidente medieval não só por sua significativa produção literária, como também por sua decisiva atuação no plano político-ideológico no contexto de consolidação do reino visigodo na Península Hispânica durante o século VII.

Nascido na região da Bética, por volta de 560, em uma família hispano-romana de forte atuação eclesiástica e inserida na estrutura administrativa local, Isidoro desfrutou dos benefícios de uma sólida formação clássica. Elevado à dignidade episcopal, em 601, deixou o cargo apenas por ocasião de sua morte em 636.

O conjunto de sua obra, de forte teor doutrinário e disciplinar, representou um testemunho privilegiado da síntese germano-latina (FONTAINE, 1990, p.270-271), sendo um dos seus maiores méritos literários a cristianização de variados aspectos da cultura clássica (DÍAZ Y DÍAZ, 1976, p.36- 37).

Isidoro se tornou peça-chave nos conflitos político-religiosos de seu tempo. A favorável situação do catolicismo no período posterior à conversão do monarca Recaredo em 587 contribuiu, decisivamente, para que o bispo sevilhano se convertesse no principal articulador entre o episcopado peninsular e a monarquia no contexto de unificação político-religiosa, esforço que objetivava a hegemonia visigoda na Península Hispânica.

Inserida neste panorama, a produção de Isidoro fundamentou, sobretudo por meio de seus escritos de caráter historiográfico, a construção de novos parâmetros identitários visigodos. Assim, as *Histórias dos godos, vândalos e suevos*, segundo Martín Iglesias (2001, p. 201), expressam uma concepção segundo a qual a fusão entre hispano-romanos e visigodos já havia ocorrido. Dela resultara uma identidade caracterizada, por um lado, pela grande força militar e política, oriunda dos godos, e, por outro, pela elevada tradição cultural, herança romana.

Embora seguindo o eixo central da tradição historiográfica cristã, ou seja, a utilização do providencialismo como base de interpretação dos eventos históricos, Isidoro inovou em sua abordagem. Segundo Menéndez Pidal (1940, p. 24), o

universalismo imperial, traço essencial da narrativa historiográfica até então, teria sido direcionado a um universalismo eclesiástico que privilegiou nuances políticas e culturais localizadas. Daí a relevância do bispo na configuração de uma perspectiva independente do império, em que a superioridade romana foi defrontada com a atuação do elemento “bárbaro”.

Construindo um discurso em que a *Romania* foi substituída pela *Gothia*, o autor sevilhano descolou-se da referência imperial, abordando os germanos como entidades históricas e políticas que a princípio surgiram acopladas ao império, mas que dele foram paulatinamente desvinculados (ORCÁSTEGUI et SARASA, 1991, p. 79). Identificada com a *Hispania*, sua pretensa narrativa universalista acabou por focalizar-se nos godos, que assumiram o papel de novos protagonistas da História.

Seu relato não possui precisão de dados, nem tão pouco rigidez cronológica, tendo como principal preocupação a questão moral de seus personagens. Isso o torna, em grande medida, próximo de um panegírico do povo godo e seus monarcas, o que realça seu tom didático e apologético.

A despeito das diferentes interpretações sobre seu processo de produção (MARTÍN IGLESIAS, 2002, p. 2-3), em linhas gerais, a obra de Isidoro se apresenta sob duas diferentes formas, a versão longa e a versão breve. Esta duplicidade gerou uma polarização nas abordagens dos especialistas, levando um grupo a trabalhar com a idéia de dependência/interpolação entre as versões, pautada na complementariedade entre ambas, ao passo que o outro destaca a independência de ambas as versões (ISIDORO DE SEVILLA, 1975, p. 26-49). Considerando a maior possibilidade, nos limites do presente texto, de uma análise em perspectiva comparada com a obra de Idácio, indicamos nossa opção pela análise da versão breve.

Tal versão enfatiza a história dos godos desde sua origem, associada aos escitas, até o reinado de Sisebuto em 619, quando teria sido escrita. Alicerçada, de maneira clara, na obra idaciana – da qual chegou a extrair fragmentos – esta versão possui significativo detalhamento no relato de alguns episódios. Paralelamente, apresenta certa deficiência nas cronologias hispana e imperial no que tange às histórias vândala e sueva, o que pode ser entendido como um indício do principal interesse do autor, os godos.⁹

Considerando as duas versões, acredita-se que Isidoro, além de ter sido original no relato de alguns eventos e períodos de sua narrativa, utilizou-se basicamente de Eusébio de Cesaréia e Jerônimo para o intervalo que vai até 378; no que diz respeito

especificamente à *Hispania*, Idácio para o período de 379 a 469, Orósio na faixa que cobre até 417 e, por fim, Juan de Bicláro, de 569 a 590 (ISIDORO DE SEVILLA, 1975, p. 21).

6. Os suevos nas *Histórias* de Isidoro de Sevilha

Conforme sinalizado por Rodrigues Alonso (Idem, p. 20), os trechos referentes às ações dos outros grupos germânicos, que não os godos, compreendidos nas *Histórias* apresentam-se como apêndices. A exemplo disso, a *História dos suevos* constitui uma narrativa imprecisa e fragmentada.¹⁰ Seguindo seu perfil reducionista, a versão breve da *História dos suevos* restringe-se a oito parágrafos (p. 311-321; c.85-92 vl.),¹¹ dos quais apenas seis se referem ao mesmo período abordado por Idácio (p. 311- c. 85-90 vl), ou seja, da chegada dos suevos à península até o reinado de Remismundo. Apesar disso, o total de dados aos quais temos acesso, permite-nos vislumbrar a visão de Isidoro acerca do processo de inserção dos suevos no contexto peninsular de rearranjo político. Passemos à análise dos dois aspectos eleitos:

6.1. Os suevos e o envolvimento em atividades depredatórias

No relato acerca dos suevos, pudemos verificar um total de cinco referências as suas ações depredatórias. Todavia, uma leitura mais atenta destes fragmentos evidencia elementos que, indubitavelmente, contribuem para a reconstituição das relações de poder internas e externas aos suevos. Neste sentido, destacamos o processo de assentamento no território peninsular, as disputas internas pelo poder real e a articulação com o contingente visigodo.

A primeira alusão, encontrada logo no início da obra, trata da entrada do grupo na península. Nela, informou-se que os suevos teriam realizado tal feito por ordem de seu rei, Hermerico, e que juntamente com os vândalos ocuparam a área da *Gallaeciae*.¹² Logo a seguir, Isidoro chamou a atenção para o domínio galaico em grande parte da dita região, o que teria levado o monarca suevo a desencadear ali várias ofensivas (p. 311; c. 85 vl). A partir desse ponto, os relatos de práticas depredatórias remetem-se a duas questões específicas: ao relacionamento com os visigodos e às crises internas do grupo.

Na narrativa, de modo implícito, os períodos de proximidade aos visigodos aparecem frequentemente associados a episódios de depredação. As alianças matrimoniais entre suevos e godos, assim como os acordos de paz, estiveram, portanto, interligados a ataques contra cidades peninsulares. Nesse sentido, as passagens do texto isidoriano referentes aos períodos dos monarcas suevos Requiário

e Remismundo se assemelham. O primeiro, após regressar do encontro com o monarca visigodo Teodomiro, de quem desposara a filha, teria depredado, com a ajuda dos contingentes de seu sogro, a região de Saragoça. Por esta ocasião, o líder suevo também teria, por engano, entrado em Lérida, onde fizera vários prisioneiros (p. 313; c. 87 vl). O segundo, em seu terceiro ano de governo, teria saqueado a cidade de Coimbra, ocupado Lisboa, e, posteriormente, articulado a paz com os galaicos. Ele igualmente, a exemplo de Requiário, desposara uma filha de monarca godo objetivando uma aliança (p. 317-319; c. 90 vl).

As práticas depredatórias suevas também aparecem no relato de Isidoro em associação aos momentos de crise política interna do grupo, ou seja, aos períodos em que as duas disputas pelo poder real são relatadas na *História dos suevos*. Assim, após a morte de Requiário, dois líderes teriam sido reconhecidos concomitantemente por diferentes facções, Maldraz e Frontão. De acordo com o autor, tão logo ficara caracterizada a cisão, o primeiro teria saqueado a região da Lusitânia, onde provocara a morte de muitos romanos. Com pretexto de paz, ele também teria entrado em Lisboa. Restabelecida a unidade dos suevos, com a morte de Frontão, Maldraz teria ainda saqueado parte da *Gallaeciae*, nos limites do rio Douro (p. 315; c. 88 vl).

Na sucessão de Maldraz, os suevos testemunharam uma nova disputa pelo poder. Desta vez, Frumário enfrentou a Remismundo, filho do antigo soberano. Neste contexto, o aspirante ao trono teria devastado a cidade de Chaves, ao passo que o herdeiro e futuro rei, Remismundo, fizera o mesmo com as imediações dos auregenses e a costa lucense (p. 317; c. 89 vl).

Ainda que a exposição de Isidoro não nos forneça dados evidentes que corroborem uma situação de fragilidade no que concerne à política externa dos suevos, fornece-nos indícios a respeito. Aqui cabe destacar a relevância assumida pelos contingentes godos nas atividades de saque a cidades, realizadas, segundo a perspectiva de Isidoro, pela iniciativa sueva. O autor não rascunhou os sinais de uma dependência ao poderio visigodo, mas sim uma relativa debilidade militar sueva. Apesar disso, sua narrativa foi construída com base em uma suposta equivalência, ou melhor, independência de ambos os grupos, aspecto que camuflou o processo de expansão visigoda. Esta opção, concomitantemente, buscou responsabilizar os suevos pelas referidas ações armadas, deslocando os visigodos a um papel de coadjuvante em práticas violentas.

6.2. A correlação de forças entre os suevos, as populações locais, os visigodos e o Império Romano

Em conformidade com sua abordagem concisa, Isidoro fez poucas referências às práticas suevas de negociação política, sobretudo por meio de embaixadas e delegações. Sobre o tema, o escasso número de informações indicou três eixos de força: o constante conflito com os romanos, na condição de representantes da autoridade oficial; sua articulação com os visigodos e sua instável relação com as populações autóctones.

No aspecto que tange ao conflito com os romanos, Isidoro citou duas passagens. A primeira, no início da narrativa, fez menção à batalha ocorrida próxima ao rio *Singilio* na Bética, quando Réquila, por ordem de seu pai, o monarca Hermerico, teria enfrentado, com toda sua tropa, o general romano Andevoto, possibilitando uma relativa expansão territorial aos suevos (p. 311; c.85 vl).

Outra evidência do conflito entre suevos e a autoridade romana foi retratada no episódio do saque à Lusitânia realizado por Maldraz, no período em que disputava o poder com Frontão (p. 315; c.88 vl). Nele, o líder suevo não só teria cometido uma grande matança contra os romanos, como também se apoderado de seus bens.

A interação com os visigodos, marcada por elementos omitidos por Isidoro, como a debilidade bélica sueva e o latente expansionismo visigodo, efetiva-se e consolida-se, na narrativa, por dois mecanismos: as alianças matrimoniais e os acordos de paz. No primeiro relato, o autor nos induz à compreensão de que o apoio dos visigodos, traduzido em auxílio militar, teria sido fruto de uma aliança política decorrente do matrimônio do monarca suevo Requiário com a filha do rei visigodo Teodorico (p. 313; c. 87 vl). Consideremos, também, o enlace matrimonial do monarca suevo Remismundo, com outra princesa visigoda, filha de Teodorico II, que teria sido, juntamente com o envio de armas, a resposta visigoda à proposta de paz levada por representantes suevos (p. 317; c. 90 vl). De uma forma ou de outra, o tom de equidade atribuído à relação entre suevos e visigodos omite tanto as diferenças concretas entre eles, como também questões de ordem política como o expansionismo visigodo e sua vinculação ao império como *federados*, o que fez com que sua interação com os outros grupos germanos fosse bastante instável.

Ao expansionismo antes mencionado, devemos, inclusive, atribuir o fim do reino suevo (SANTIAGO CASTELLANOS, 2007, p. 105). Sob Leovigildo, conforme nos informa Isidoro, a região passou ao domínio visigodo. Aqui, curioso observar, o autor

opta por salientar não a violência da ação visigoda, mas o fato de que o monarca suevo que ora liderava o grupo se tratava de um usurpador. Este, portanto, teria recebido pela ação dos visigodos o castigo merecido por seus atos contra o monarca anterior (p. 321; c. 92 vl).

No que concerne ao trato dos suevos com as populações autóctones, a narrativa isidoriana fornece duas relevantes menções, ambas datadas do período do monarca Remismundo. No primeira, ele teria obtido a paz com os galaicos logo após a morte de seu oponente Frumário, quando todos os suevos voltaram ao seu comando (p. 317; c. 89 vl). No outro caso, ele teria ocupado Lisboa e designado um cidadão da própria cidade, Lusídio, para custodiá-la (p. 319; c. 90 vl). Em ambas as situações, é perceptível a preocupação com o apoio das populações locais.

Considerando o reduzido número da população sueva, sua relativa fragilidade bélica, sua longa permanência no noroeste peninsular e a força dos galaicos na região (p. 311; c. 85 vl), parece-nos razoável a utilização de outros recursos pelos suevos, que não os armados, no trato com os demais grupos, como já assinalamos na análise desse aspecto em relação à obra de Idácio. Apesar disso, Isidoro pintou um quadro suevo de instabilidade política. Ao dar ênfase aos processos internos de crise deste grupo, o autor desqualificou as iniciativas diplomáticas suevas, ressaltando suas ações armadas.

7. Os visigodos nas *Histórias* de Isidoro

Caracterizado como o relato de um grupo especificamente identificado com a Hispania, a *História dos godos* realça traços significativos da conjuntura política e ideológica do reino visigodo. Em tal contexto se destaca o amplo esforço de consolidação do reino que tinha por base a relação entre episcopado peninsular e monarquia (ORLANDIS, 1976, p.35-76).

Neste sentido, o estudioso Díaz y Díaz afirma que a proximidade entre o autor, Isidoro de Sevilha, e o monarca Sisebuto, governante na época em que o bispo terminou a redação de sua versão breve da obra, teria sido o ponto de partida para a confecção do escrito. Ou seja, ao redigir o texto em questão, Isidoro atendia a uma sugestão real (1976, p. 144-145). A despeito deste tipo de suposição, distingue-se o teor ufanista acerca dos visigodos presente nas *Histórias*.

7.1. Os visigodos e o envolvimento em atividades depredatórias

Preocupado em criar uma narrativa idealizada dos visigodos, Isidoro construiu sua argumentação pautado em aspectos morais para justificar, até mesmo, as

atividades depredatórias do grupo. Neste sentido, as ações referentes a saques, depredações e ataques em geral foram relatadas em associação a elementos como honradez, direito à liberdade, ou ainda, bravura.

Inseridas nesta visão, as atividades depredatórias visigodas apresentam-se em quatro eixos básicos que se sobrepõem cronologicamente, e se relacionam a três tipos de ações: as decorrentes do processo de deslocamento; as ocorridas no interior do *limes* imperial e em Roma, e as realizadas no interior da Península Hispânica.

Ao iniciar seu relato, o bispo lembra que, apesar de sua origem antiga, os godos só teriam sido resgatados nas narrativas históricas pelos romanos, por terem sido o primeiro povo que representou um real teste a sua bravura (p. 175; c.2 vl). Seguindo esta lógica, o autor apontou três episódios de saque decorrentes do movimento de deslocamento da Germânia e seus desdobramentos.

O primeiro relato, associado cronologicamente aos imperadores Valeriano e Galieno, referiu-se à devastação de regiões como Grécia, Macedônia e parte da Ásia por ocasião da movimentação dos godos em torno dos Alpes e Danúbio, onde habitavam (GARCIA MORENO, 1989, p. 24). Nele também encontramos menção à homenagem no Capitólio ao imperador Cláudio por ter, nas palavras do autor, "rechaçado dos limites da república a um povo tão forte" (p. 178-179; c. 4 vl).

Logo a seguir, o texto lembrou o embate entre Constantino, no vigésimo sexto ano do seu governo, e os godos, decorrente da invasão da região dos Sármatas e do ataque aos romanos. De acordo com Isidoro, ao imperador foram atribuídas várias vitórias, das quais a conseguida contra os visigodos fora identificada como a mais célebre. Assim, tal como Cláudio, teria recebido honras públicas por ter vencido tão valoroso povo (p. 179; c. 5 vl).

Complementando este tópico, o autor destacou a ocupação goda na Trácia, no décimo quarto ano do imperador Valente. Ao serem pressionados pelos hunos, os visigodos teriam reconhecido a autoridade imperial, sendo assentados de forma oficial na dita região. Entretanto, de acordo com Isidoro, que se expressa condenando a atitude imperial, a opressão exercida pelos romanos ocasionara uma forte rebelião na qual o exército romano fora destruído, o imperador morto e a Trácia devastada. (p. 187; c. 9 vl).

Discorrendo sobre os ataques a Roma, Isidoro abordou dois momentos. No décimo quarto ano dos imperadores Arcádio e Honório, dois governantes godos teriam rompido o anterior tratado de paz, começando o processo de saques a *Romania* (p.

191; c.13 vl). Um deles, o pagão Ragadaiso, teria partido para Roma, acompanhado de um exército de mais de duzentos mil homens, com a promessa de oferecer aos seus deuses o sangue dos vencidos. Sitiado nas montanhas pelos romanos, entretanto, teria sido capturado e morto, após seus homens terem sucumbido pela fome (p. 193; c.14 vl).

Ainda no mesmo período, outro rei, o ariano Alarico, teria saqueado Roma no intuito de vingar os mortos antes mencionados. Isidoro, todavia, ressaltou, que os visigodos, antes do ataque, teriam assumido o compromisso de resguardar os que procurassem refúgio nos lugares sagrados, de não atuarem de forma sanguinária, nem fazerem prisioneiro, aspectos que evidenciariam o alto grau de clemência deste povo (p. 195; c.14 vl).

No que concerne à Península Hispânica, Teodorico II, no quinto ano do imperador Marciano, teria atacado os suevos ao ajudar Avito, juntamente com os galaicos, a obter a dignidade imperial. Conseguida a vitória contra o exército de Requiário, o monarca visigodo teria realizado um grande saque a Braga (p. 221; c.32 vl). Ao marcharem vitoriosos para a Lusitânia, os visigodos foram ainda lembrados por tentarem saquear Mérida, que teria sido salva pelos prodígios de sua mártir santa Eulália. Diante do malogro, os visigodos teriam atacado Astorga (p. 223; c. 32 vl).

De forma geral, a narrativa isidoriana acerca dos visigodos esteve focada na construção de um modelo de bravura. A valorização moral do grupo foi explicitada de forma tão extrema que até mesmo seus fracassos e derrotas foram distorcidos. Neste aspecto, Roma, modelo para o qual os visigodos se direcionavam, foi glorificada por ter sido bem sucedida frente a um contingente tão destemido. De acordo com essa linha de raciocínio, as vitórias de outros grupos só foram possíveis em decorrência de temporárias situações de fragilidade interna goda. De qualquer modo, os visigodos foram predominantemente apresentados em posição privilegiada, no papel de protagonistas.

7.2. A correlação de forças entre visigodos, populações locais e o Império Romano

Ao buscarmos no texto de Isidoro elementos concernentes à interação entre os visigodos e os demais poderes envolvidos na conjuntura peninsular dos séculos V ao VII, observamos que sua narrativa destaca uma suposta equidade moral entre godos e romanos. Tal perspectiva, ao indicar o reconhecimento mútuo de virtudes entre visigodos e representantes romanos, fundamentou, no discurso isidoriano, a

reivindicação visigoda pela herança clássica e seu distanciamento dos outros germanos.

A estrutura da narrativa apresenta-se apoiada em dois blocos cronologicamente complementares: o processo de migração visigoda até a Península Hispânica, na qual se inclui a permanência no *limes* imperial, e o posterior assentamento em território peninsular do grupo. No primeiro bloco, o eixo central esteve na instabilidade da relação entre visigodos e o Império Romano. Neste aspecto, o autor enfatiza os períodos de conflitos e paz decorrentes da aproximação geográfica e política de ambos.

O reconhecimento mútuo de virtudes entre visigodos e romanos é pano de fundo das primeiras referências feitas por Isidoro ao relacionamento entre ambos remontando, portanto, ao período de contatos nas fronteiras imperiais. O autor não apenas ressaltou o valor dos visigodos como combatentes (p. 175; c. 2 vl), mas, considerando este aspecto, atribuiu, como já mencionamos, um caráter especial às homenagens recebidas pelo imperador Constantino por tê-los vencido (p. 179; c. 5 vl).

A idéia de que desfrutariam de valores semelhantes foi ainda reforçada no episódio em que, segundo o relato, no governo de Valente, Atanarico, em disputa com Frígido, teria recebido apoio do imperador. Assim, ao vencer a contenda, em agradecimento, Atanarico teria se convertido ao arianismo (p. 181-183; c. 7 vl).

As dificuldades no relacionamento, entretanto, mantinham uma tensão permanente entre representantes imperiais e visigodos. De acordo com Isidoro, apesar de cientes da autoridade imperial, no ano quatorze do imperador Valente, os visigodos não teriam se submetido à opressão romana na Trácia (p. 187; c. 9 vl). Tal quadro teria promovido um novo acordo, agora entre o monarca Atanarico e o imperador Teodosio, rompido, no décimo quarto ano do governo de Arcádio e Honório, com a entrada definitiva dos visigodos em território romano (p. 191; c. 13 vl).

No interior do Império, os atritos e os acordos foram renovados (COLLINS, 2005, p. 5-8). Isidoro, a propósito dos acontecimentos referentes à Roma, sublinhou dois episódios, conforme indicamos no item anterior. Aqui, entretanto, cabe lembrar que, a atuação visigoda na Península Hispânica resultara, ao menos inicialmente, desse longo processo de aproximações e divergências. O momento de inflexão teria sido possível, após Valia ter pactuado com o imperador Honório, devolvendo-lhe sua irmã (p. 205; c. 20-21 vl), e assumido a tarefa de liderar os visigodos, na condição de federados, contra suevos, vândalos e alanos (p. 207; c. 22 vl). A partir de então, a

inserção visigoda na península ocorreu de forma crescente, tendo início, portanto, o segundo bloco de apoio da estrutura narrativa isidoriana: referências decorrentes do assentamento em território peninsular.

Atuando na Península Hispânica, os visigodos passaram a conviver mais sistematicamente com os que ali habitavam. Aos conflitos com o poder romano, e com os suevos somaram-se os com as populações locais. Desse modo, cabe realçar que, de acordo com Isidoro, no ano quinto do imperador Marciano, Teodorico teria feito prisioneiros entre os habitantes de Braga (p. 221-223; c. 32 vl) e saqueado Astorga (p.223; c. 32 vl).

Isidoro voltou a fornecer indícios do relacionamento entre visigodos e demais poderes atuantes na península ao se referir ao monarca Teudis. A menção feita pelo autor à permissão para a realização de um concílio católico sob o governo do referido rei visigodo (p. 241; c.41 vl), permite-nos intuir que o convívio com as populações locais, em particular com as cristãs, alcançara neste período um bom termo (GARCIA MORENO, 1990, p. 241).

O autor tornou a salientar o relacionamento dos visigodos com os romanos, ao se reportar ao trigésimo sétimo ano do governo de Justiniano. O monarca Atanagildo teria assumido o poder com o apoio de Bizâncio, mas não teria conseguido, apesar das muitas batalhas, livrar-se das tropas bizantinas (p. 251-253; c. 48 vl). Coube, portanto, a Leovigildo, na narrativa de Isidoro, o mérito da expulsão tentada por Atanagildo. A ele foi ainda atribuída a promoção de uma ampla perseguição aos cristãos católicos e a submissão definitiva dos contingentes suevos, do que resultou a incorporação do seu território ao reino visigodo (p. 253-255; c. 49 vl).

Se Isidoro poupou elogios a Leovigildo, certamente por sua fé ariana, não fez o mesmo com seu filho, Recaredo. A este associou vitórias contra francos, bascos e bizantinos remanescentes na península (p. 263-265; c.54 vl). O conflito com os últimos teria sido acirrado a partir de então. Desse aspecto o autor legou exemplos, ao se referir às derrotas sofridas pelo "valente na arte das armas" Witerico (p. 269; c. 58 vl), ao cerco aos soldados imperiais realizado por Gundemaro (p. 271; c. 59 vl) e o triunfo da campanha de Sisebuto sobre os bizantinos (p.271; c. 60 vl).

A narrativa isidoriana seguiu um percurso que, partindo da idéia de uma suposta equidade moral, aproximou os visigodos de Roma e os distanciou dos demais germanos. Se em um primeiro momento o centro da discussão girou em torno da instabilidade política entre visigodos e romanos, logo foi substituído pela identificação

entre ambos e pela afirmação da hegemonia visigoda sobre a Península Hispânica. A ideia de que os visigodos seriam herdeiros diretos da tradição clássica contribuiu, no discurso isidoriano, para o repúdio aos bizantinos, não reconhecidos como representantes do Império, e para um relativo desprezo em relação aos demais grupos germanos.

Conclusão:

A despeito da natureza distinta das duas obras, Idácio e Isidoro se aproximam em alguns pontos. Ambos se interessavam pela produção escrita, na perspectiva da construção do que consideravam ser um registro histórico. O primeiro declarou, inclusive, tal propósito ao afirmar que pretendia dar continuidade aos trabalhos realizados por Eusébio e Jerônimo, produzir, portanto, uma história universal. O segundo, a despeito de ter indicado que faria a história dos godos, vândalos e suevos, centrou-se de tal modo nos primeiros que transformou sua narrativa em uma peça especialmente relevante para a compreensão dos eventos históricos peninsulares.

Muito embora anunciem direta ou indiretamente suas intenções universais, os dois escritores se voltaram quase que exclusivamente para a Península Hispânica. As demais regiões apenas periféricamente foram mencionadas em suas obras, nem mesmo o saque de Roma, brevemente lembrado por ambos mereceu a atenção que, em tese, um fato como este deveria ter recebido em relatos que se pretendiam tão abrangentes. Isidoro ao se deter mais no fato do que Idácio apenas o fez para destacar o quão clementes eram os visigodos, já que teriam avisado com antecedência que poupariam os que estivessem em lugares sagrados.

Apesar da pouca estima pela cidade que suas narrativas possam indicar, Idácio e Isidoro prezavam intensamente a herança romana. A romanidade é uma marca do bispo de Chaves. Mesmo ciente da crise do Império, defendeu suas referências e não hesitou em buscar ajuda material, quando avaliou necessário. Sua participação na embaixada ao general Aécio é um exemplo dessa postura. A despeito de demonstrar certa frustração pelo estado de abandono em que se encontrava a península, Idácio se manteve fiel ao ideal de Império e superioridade romana. Isidoro, além de sua formação clássica da qual se utiliza amplamente na produção de seus escritos, evidenciou seu sentimento acerca da herança romana, especialmente em sua dimensão cultural, na certeza expressa na História dos godos de que este grupo dispunha de uma condição de superioridade em relação aos demais germanos por ter assimilado tal herança.

Lembremos ainda que os dois autores desfrutaram das mesmas influências literárias, o que fez com que o providencialismo e o tom moralizante fossem marcas presentes em seus textos. Os castigos, fracassos, benefícios e sucessos revelavam, portanto, de acordo com a argumentação fundamental dos autores, a intervenção divina.

Apesar das convergências, relacionadas especialmente ao fato de que ambos eram representantes de segmentos sociais elevados e que pertenciam à alta hierarquia eclesiástica, os diferentes contextos e interesses específicos forjaram as peculiaridades de cada autor. Idácio produziu na condição de bispo que, estarecido, presenciava a entrada e atuação na península de grupos não subordinados às autoridades imperiais. Diretamente envolvido em alguns dos episódios, o autor de Chaves assistiu o ruir de parte das instituições e valores nos quais se pautava. Isidoro escreveu buscando promover os visigodos. A trajetória do grupo, da qual não se poderiam eliminar completamente os sinais de violência, foi transformada em um percurso na construção da sua autoridade e legitimidade política e ideológica.

Os saques e as depredações cometidos pelos germanos apareceram na narrativa idaciana como manifestações extremas de violência. Os mesmos episódios, assim como os adicionados até o século VII, no relato isidoriano possuem outro enfoque, especialmente no que concerne aos visigodos, cuja violência foi transformada em bravura, honra e força. Os visigodos foram ainda convertidos em coadjuvantes nas ações de saque em que participaram com os suevos, numa suposta relação de equidade com estes. Nem mesmo a condição de clara debilidade militar ostentada pelos últimos fez com que Isidoro conferisse aos visigodos o seu real papel de atores belicosos.

As alusões às relações que suevos e visigodos estabeleceram entre si, com as populações peninsulares e com o poder romano estiveram marcadas no texto idaciano, respectivamente, pela superioridade visigoda, pela hostilidade e pela alternância entre alianças e atritos. Embora Idácio tenha construído tal quadro com um número muito maior de referências aos suevos, não os distingue substantivamente dos visigodos. Este grupo fora preservado apenas enquanto se manteve atuando em nome de Roma. Logo, não faltaram no texto idaciano severas críticas à conduta visigoda na península.

O mesmo não pode ser deduzido da análise do relato produzido pelo sevilhano, ao menos no que se refere aos visigodos. Assim, no que tange ao relacionamento entre visigodos e suevos, buscou sublinhar a relativa autonomia destes últimos,

responsáveis exclusivos, portanto, por suas próprias e agressivas ações. Isidoro não identificou sequer as alianças e casamentos como sinais de clara superioridade e tutela visigodas. Pouco se referiu ao trato com as populações locais, mas ao fazê-lo realçou a preservação, sob Teudis, do funcionamento das estruturas eclesiásticas. No que diz respeito à relação com o poder romano, trabalhou com a idéia de que, apesar das divergências, visigodos e romanos se aproximavam no que havia de essencial, caminharam, portanto, para a fusão, no âmbito da qual eram compartilhadas as melhores virtudes possuídas por ambos.

Se Idácio buscou expor a imagem dos suevos como bárbaros e saqueadores, Isidoro reservou aos visigodos um tratamento bem diferente. Considerando os interesses envolvidos na conjuntura em que os dois escritores produziram seus textos, não restou aos suevos o registro de outra sentença que não a conferida por Idácio. Ou seja, como já tivemos oportunidade de mencionar, Isidoro em certa medida reproduziu Idácio. Assim, tendeu a repetir o que o bispo de Chaves afirmara sobre os suevos. Todavia, seu foco declarado nos visigodos implicou em seleção, adaptação e inclusão de elementos, que trabalhados, conferiram aos visigodos uma imagem à posteridade menos depreciada do que a deixada por Idácio sobre os suevos.

Documentos medievais impressos:

HYDACE. **Chronique**. Introduction, texte critique, traduction par Alain Tranoy. Paris: Cerf, 1974. 2 v. (Sources Chrétiennes, 218).

HIDACIO. **O cronicon de Hidacio. Bispo de Chaves**. Introducion y notas César Candelas Colodrón. A Coruña: Texosoutos, 2003.

IDACIO. **Crónica**. Versão e anotações de José Cardoso. Braga: Universidade do Minho, 1982.

ISIDORO DE SEVILLA. **Historia de los Godos, Vándalos y Suevos**. Estudio, edición crítica y traducción de Cristobal Rodriguez Alonso. León : Caja de Ahorros y Monte de Piedad de León y El Archivo Histórico Diocesano de León, 1975.

Bibliografia:

ARCE, Javier. **Bárbaros y romanos en Hispania**. Madrid: Marcial Pons, 2007.

CARDELLE DE HARTMANN, Carmen. Las lecturas de Hidacio de Chaves: Notas sobre la recepción literaria en la Gallaecia del s. V. **Minerva: Revista de Filología Clásica**, n. 6, p. 241-256, 1992.

COLLINS, Roger. **La España Visigoda. 409-711**. Barcelona: Crítica, 2005.

- DIAZ Y DIAZ, Manuel C. *De Isidoro al siglo XI*. Barcelona: Albir, 1976.
- FONTAINE, J. Isidoro de Sevilla. Padre de la cultura europea. In: CANDAU, J. M., GASCÓ, E & RAMÍREZ DE VERGER, A. (Eds.). **La conversión de Roma. Cristianismo y paganismo**. Madrid: Clasicas, 1990. p 259-285.
- GARCIA MORENO, Luis A. Élités e Iglesias hispanas en la transición del imperio romano al reino visigodo. In: CANDAU MORON, Jose M.; GASCÓ, Fernando er Ramirez de verger, Antonio (Eds.). **La conversión de Roma. Cristianismo y Paganismo**. Madrid: Clásicas, 1990. p. 223-258.
- GARCIA MORENO, Luis A. Hidacio y el ocaso del poder imperial en la Península Ibérica. **Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos**, Madrid, v. 79, n. 1, p. 27-42, 1976.
- GARCIA MORENO, Luis A. **Historia de España Visigoda**. Madrid: Cátedra, 1989.
- MARTÍN IGLESIAS, Jose Carlos. La transmisión del saber durante la Edad Media y la labor filológica. **Cuadernos del Marqués de San Adrián**, 1, 2002. Revista electrónica: http://www.uned.es/ca-tudela/revista/index_publici.htm.
- MARTÍN IGLESIAS, Jose Carlos. La Crónica Universal de Isidoro de Sevilla: circunstancias históricas e ideológicas de su composición y traducción de la misma. **Iberia: Revista de la Antigüedad**, n. 4, p. 199-236, 2001.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. **Historia de España: España Visigoda**. Madrid: Espasa-Calpe, 1940. v. III.
- ORCÁSTEGUI, Carmen et SARASA, Esteban. **La Historia en la Edad Media**. Madrid: Cátedra, 1991.
- ORLANDIS, Jose. **Historia de España. La España visigótica**. Madrid: Gredos, 1976.
- SÁNCHEZ HERRERO, J. El pensamiento historico, escriturístico, teológico y eclesiástico o litúrgico y ascetico de San Isidoro. In: GONZALEZ FERNÁNDEZ, Julián. (Coord.). **San Isidoro: doctor de las Españas**. Sevilla, León, Cartagena: Caja Duero. Fundación Cajamurcia. Fundacion El Monte, 2003. p. 136-169.
- SANTIAGO CASTELLANOS. **Los godos y la cruz. Recaredo y la unidad de Spania**. Madrid: Alianza, 2007.
- TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. El Cronicón de Hidacio. **Compostellanun**, Santiago de Compostela, p. 257-273, 1956 (separata).
- TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. **El reino de los suevos**. La Coruña: Fundación "Pedro Barrie de la Maza Conde Fenosa". Instituto "P. Sarmiento" de Estudios Gallegos, 1977.

TORRES RODRIGUEZ, Casimiro. Hidacio, el primer cronista español. **Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos**, Madrid, v. 62, n. 3, p. 755-794, 1956.

VILELLA MASANA, J. Idacio, un cronista de su tiempo. **Compostellanum**, 44, p. 39-54, 1999.

¹ Professora do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ. Doutora em História Social (UFRJ). Co-coordenadora do *Programa de Estudos Medievais* da UFRJ. Desenvolve atualmente a pesquisa "O processo de organização eclesiástica e a normatização da sociedade nos reinos suevo e visigodo: perspectivas analítica e comparativa". E-mail: leilarodrigues@ufrj.br.

² Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ. Colaboradora do *Programa de Estudos Medievais* da UFRJ. E-mail: rita.diniz@terra.com.br.

³ Ao longo do texto, nas referências à *Crônica*, indicaremos os parágrafos assinalados entre parênteses.

⁴ Os vândalos asdingos ocuparam a Galécia, os alanos as províncias da Lusitânia e da Cartaginense e os vândalos silingos a Bética.

⁵ Em 419 e 420 os suevos são mencionados pelos conflitos nos quais se envolvem com os vândalos. Cf. § 71 e 74.

⁶ De acordo com Colodrón, a população galaico-romana girava em torno de 700 mil. Em relação aos suevos, apesar das opiniões a respeito oscilarem quanto ao número exato, há certo consenso que aponta para um número em torno de vinte mil homens. Cf.: HIDACIO, 2003, p. 46 e COLLINS, 2005, p. 18.

⁷ Conforme a crença então divulgada, todos os que profanassem a igreja da santa morreriam. Cf. HYDACE, 1974, V. 2, p. 63.

⁸ Segundo Tranoy, o controle de Narbona garantia ao Império o acesso pelo Mediterrâneo à Espanha. Cf. HYDACE, 1974, V. 2, p. 72.

⁹ A versão longa, escrita entre 620 e 624, por sua vez, tem como principal traço seu caráter apologético. Há forte influência do modelo orosiano, sendo o componente religioso a base de sua estrutura. Cobrindo um período que remonta às origens bíblicas dos godos até o quinto ano do reinado de Suintila, o ano de 624, esta versão, em conformidade com uma abordagem moralizante, valoriza os exemplos de monarcas, bem ou mal sucedidos. Merece também destaque a inclusão de um prólogo e um epílogo nesta versão que, há que destacar, foi a mais difundida da obra.

¹⁰ Nesta narrativa são suprimidas informações que correspondem ao período entre os reinados de Remismundo e Teodomiro.

¹¹ Dadas as deficiências de referências temporais e de marcos na estrutura de texto, utilizaremos o seguinte recurso para as citações: indicação da página e do códice da versão longa correspondente, segundo a edição crítica de Rodríguez Alonso (ISIDORO DE SEVILLA, 1975).

¹² Algum tempo depois, os vândalos iniciam seu deslocamento em direção ao norte da África, deixando a região exclusivamente para os suevos.